

Assunto: Re: Ajuste Directo - Prestação de serviços para a elaboração das três ORU's do Concelho de Vila de Rei - Adjudicação

De: Pedro Costa <pedrocosta@modoarquitectos.com>

Data: 26/02/2016 15:47

Para: Aprovisionamento <aprovisionamento@cm-viladerei.pt>

Como solicitado junto se envia a nossa proposta.

Pedro Costa

No dia 23 de fevereiro de 2016 às 17:21, Aprovisionamento <aprovisionamento@cm-viladerei.pt> escreveu:

Ex.mos Sr.s

Venho por este meio enviar a V. Ex^ª o Convite, Caderno de Encargos e Anexo I, referente à prestação de serviços em epígrafe.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe de Divisão

Dr. Domingos Laranjeira Mendes(*)

DFPA/LFS

Para qualquer esclarecimento queira contactar-nos

(*)Competência delegada por despacho de 2013.10.18

Município de Vila de Rei
Praça Família Mattos e Silva Neves
6110-174 Vila de Rei
N.º Contrib. 506932273
Tel.:274 890 010
Fax.:274 890 018

--

MOD0, Arquitectos Associados

Rua Gil Vicente, n.º 29, 2230-137 Sardoal

Telm. 962 680 672

pedrocosta@modoarquitectos.com

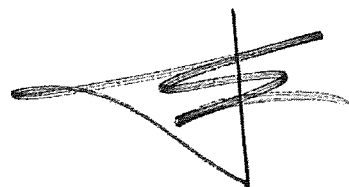
www.modoarquitectos.com

Siga-nos no Facebook!

<http://www.facebook.com/pages/MODO-arquitectos-associados/112558035561389>

Anexos:

20160226154339673.pdf	236 KB
20160226154326984.pdf	148 KB
20160226154311253.pdf	123 KB



ANEXO I

Declaração

1 - **Pedro Manuel Araújo Dias Costa**, BI 6044491, morador na rua do Girassol, Lote 3, 3ºB, 2200-241 Abrantes,, na qualidade de representante legal da firma **MODO Arquitectos Associados Lda**, NIF 507052552 com sede Rua do Girassol, Lote 3, 3º A, 2200-241 Abrantes tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de prestação de serviços para a elaboração das três ORU's do Concelho de Vila de Rei, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada **MODO Arquitectos Associados Lda**, NIF 507052552 com sede Rua do Girassol, Lote 3, 3º A, 2200-241 Abrantes se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

a) Proposta de Honorários

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;

b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional;

c) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;

d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal;

e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal;

f) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto -Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de Maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;

g) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho;

h) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal;

i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes:

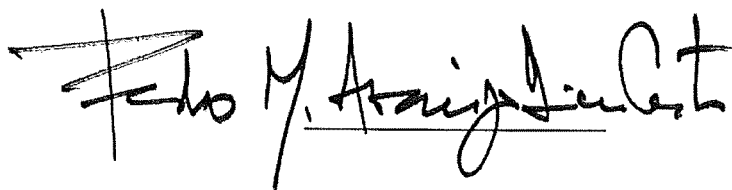
- i) Participação em actividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Acção Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
- ii) Corrupção, na acepção do artigo 3.º do Acto do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Acção Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
- iii) Fraude, na acepção do artigo 1.º da Convenção relativa à Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
- iv) Branqueamento de capitais, na acepção do artigo 1.º da Directiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
- j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo ii do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

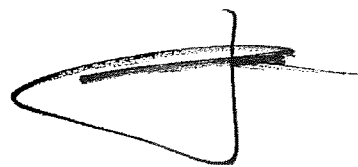
7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Sardoal, 26 de Fevereiro de 20/02/2016



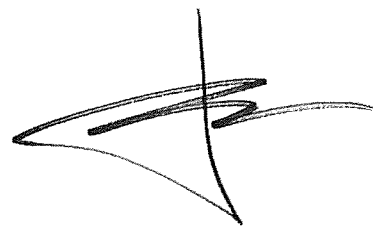
* inclui as alterações, conforme Decreto-Lei n.º 149/2012 de 12 de Julho

arquitectos associados, lda
modo



MUNICÍPIO DE VILA DE REI

**ELABORAÇÃO DE TRÊS OPERAÇÕES DE REABILITAÇÃO URBANA SISTEMÁTICAS
PROPOSTA N.º 141 /2015**



1 INTRODUÇÃO

Refere-se o presente documento à listagem de trabalhos a realizar, pelo Atelier **MODO Arquitectos Associados Lda** para a elaboração DE TRÊS OPERAÇÕES DE REABILITAÇÃO URBANA SISTEMÁTICAS a implementar no Concelho de Vila de Rei.

O Município de Vila de Rei tem-se assumido, ao longo dos anos, como um município consciente do papel central do seu património, dos seus espaços urbanos e espaços verdes, das suas infra-estruturas e dos seus equipamentos de utilização colectiva.

A actual conjuntura económica, pela insuficiência de meios atribuídos aos municípios e pela fragilidade do tecido económico privado, faz prever sérios riscos de uma progressiva e acentuada degradação ou obsolescência destes elementos centrais da vida do concelho, designadamente no que se refere às suas condições de uso, solidez, segurança, estética e salubridade.

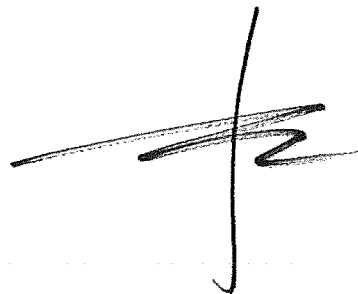
O regime jurídico da reabilitação urbana recentemente publicado pelo governo entrou em vigor com a redacção do Decreto-Lei nº 307/2009, de 23 de outubro, completado recentemente com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº 32/2012, de 14 de agosto.

Este regime e as futuras acções a ele associadas fazem prever um forte investimento do Estado na reabilitação urbana como uma das melhores apostas para, simultaneamente, apoiar economicamente os municípios, os seus cidadãos e as suas empresas.

10

1000

1000



Para este efeito será necessário dar início a um processo conducente à realização das ORU's respeitantes às três **Áreas de Reabilitação Urbana** (ARU). Uma para o centro urbano de Vila de Rei, outra para a localidade da Fundada e por último uma na localidade de Milreu

2 PROPOSTA DE HONORÁRIOS

Trabalhos a realizar

Conforme caderno de encargos.

Propomos para realização dos trabalhos descritos, calculados em função do número de horas e dos meios técnicos necessários para o efeito o valor de :

23.100,00 €

(Vinte e Três mil e Cem Euros mil euros)

3 CRONOGRAMA

Conforme caderno de encargos a partir da data da adjudicação do projecto. A contagem de prazo será suspensa durante o processo de apreciação do projecto pelo município.

4 FACTURAÇÃO

A proposta será facturada na data de entrega .

5 INCLUSÕES

Ao Município serão entregues três cópias da proposta em papel e suporte digital.

6 EXCLUSÕES

Outros estudos não referidos especificamente nesta proposta

Alterações á proposta depois de aprovada pelo Município.

A produção de elementos de projecto que não for estritamente necessária ao processo.

7 NOTAS

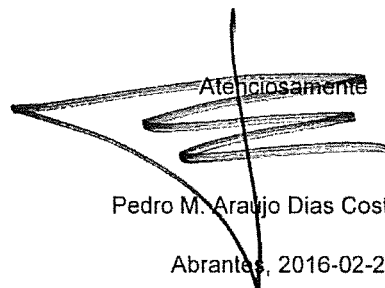
A proposta é valida por um ano.

Pagamento a 30 dia sobre a data de emissão da factura.

Os valores referidos não incluem IVA que será pago à taxa em vigor.

8 ADJUDICAÇÃO

No caso de aceitação desta proposta agradecemos a devolução de uma cópia rubricada em todas as folhas e assinada na página final pelo responsável pela adjudicação.

Atenciosamente

Pedro M. Araújo Dias Costa, Arq.
Abrantes, 2016-02-26

